
Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa sobre a proposta curricular do programa “São Paulo faz escola”

Valéria Andrade Silva

Mestranda em educação na Uninove.
valeria_dot_com@yahoo.com.br

Miguel Henrique Russo

Professor-pesquisador do PPGE da Uninove.
mhrusso@uninove.br

A reflexão crítica feita neste trabalho acerca da proposta curricular contida no programa “São Paulo faz escola” da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para as unidades da sua rede escolar visa aprofundar a compreensão do sentido da transformação da prática escolar pretendida pelos reformadores. Nos documentos da reforma são explícitas as intenções de transformação da cultura escolar, pela via das práticas curriculares, com o objetivo de mudar o perfil da rede estadual e melhorar os indicadores de qualidade do ensino. A proposta concebe o currículo como espaço de cultura que tem como eixo de aprendizagem o desenvolvimento de competências e no qual os conteúdos estão contextualizados no mundo do trabalho. Problematizamos as dificuldades de apropriação e de concretização da proposta curricular no cotidiano escolar, pelos professores. A reflexão aqui desenvolvida é parte da investigação em andamento, no âmbito da Linha de Pesquisa em Políticas e Práticas Educacionais do PPGE da Uninove, que tem por objetivo apreender os sentidos assumidos pela objetivação da reforma na prática escolar, especificamente em sua dimensão curricular e em seus aspectos político, organizacional e pedagógico.

Palavras-chave: Cultura escolar. Currículo. Prática docente. Reforma curricular.

The critical reflection made on this paper about the curricular proposal contained in the “São Paulo faz escola” program of the State Secretary of Education of São Paulo for its schools unities aims to deepen the comprehension about the sense of the school practice transformation intended by the reformers. The intentions of transforming the school culture are explicit on the reform documents with the objectives of changing the state schools profile and of improving the teaching quality indicators. The proposal brings the curriculum as a cultural space that has the development of competences as the learning axis and in which the contents are contextualized on the working reality. We question the difficulties faced by the teacher on the appropriation and objectification of the curricular proposal in the day to day school life. The reflection developed here is part of an ongoing investigation within the Line of Research in Politics and Educational Practices of the PPGE of Uninove, which has the objective of apprehending the senses taken by the objectification of the reform in the school practice, especially concerning to its curricular dimension and in its political, organizational and pedagogical aspects.

Key words: School culture. Curriculum. Teaching practice. Curricular reform.

Introdução

Este texto tem origem na reflexão sobre a pesquisa em andamento que tem foco na objetivação da proposta curricular do programa “São Paulo faz escola” da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE-SP - para o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e para o Ensino Médio da sua rede escolar. A reflexão crítica sobre os fundamentos e sobre a implementação daquela proposta curricular encontra suas justificativas na necessidade de se apreender com clareza os sentidos das políticas públicas reformistas no campo da educação.

A pesquisa em tela visa acompanhar o processo de implantação das metas estabelecidas pelo Programa de Ação do governo Serra, para a educação, com vistas a identificar o grau de apropriação que os professores têm dos princípios, metas e ações propostos por aquele plano e como os realizam na prática escolar cotidiana.

Este texto se articula à dimensão curricular daquele plano e procura desvelar as idéias que fundamentam sua concepção e justificam sua defesa como política educacional pelas autoridades do Estado. Para dar conta deste objetivo apresenta o contexto no qual se produz a proposta de reforma, os princípios e fundamentos expressos nos documentos institucionais produzidos pela SEE-SP para a dimensão curricular e o arcabouço teórico-metodológico que orientará a análise dos dados empíricos da pesquisa.

O contexto e a implantação da reforma educacional do Estado de São Paulo

Sete meses após o início da gestão do governador José Serra em 2007, Maria Helena

Guimarães de Castro, é nomeada para o cargo de Secretária da Educação do Estado de São Paulo e lança o projeto “São Paulo faz escola”, fundamentado nas idéias da denominada “pedagogia das competências”, com o objetivo de mudar o perfil da rede de ensino e os indicadores de qualidade da educação paulista, que se encontram entre os piores do país.¹ Em 2009, o ex-ministro Paulo Renato Souza assume a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, dando continuidade aos projetos iniciados pela ex-secretária.

O PSDB cumpre seu quarto mandato consecutivo no governo do Estado de São Paulo, e dá seqüência, com nuances diferentes em cada mandato, ao projeto político-estratégico de reforma do Estado e da educação, desencadeado na década de 1990 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, ou seja, há evidências suficientes para entender a reforma atual da educação pública paulista como continuidade daquele movimento reformista.

O Programa de Ação do governo do Estado de São Paulo visa à realização de 10 metas², até 2010, apresentadas a seguir:

1. Todos os alunos de 8 anos plenamente alfabetizados.
2. Redução de 50% das taxas de reprovação da 8ª série.
3. Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio.
4. Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos de aprendizagem (2ª, 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio).
5. Aumento de 10% nos índices de desempenho do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais.

6. Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com currículo profissionalizante diversificado.
7. Implantação do Ensino Fundamental de nove anos, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries).
8. Programas de formação continuada e capacitação da equipe.
9. Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados.
10. Programa de obras e melhorias de infraestrutura das escolas.

A Secretaria da Educação naquele Programa de Ação estabeleceu que sua implantação se dará por meio dos desdobramentos de 10 ações³:

1. Implantação do Projeto Ler e Escrever

- ✦ Universitários bolsistas atuando como professor auxiliar nas séries iniciais de alfabetização para apoiar o professor regente e aprimorar sua formação profissional no ambiente de trabalho.
- ✦ Formação continuada dos professores dentro da própria escola com uso da tecnologia da informação.
- ✦ Distribuição de material de apoio didático-pedagógico para alunos e professores.
- ✦ Avaliação bimestral dos alunos.
- ✦ Estratégia de implantação: Em 2007, na Capital. Em 2008, expansão para a Grande São Paulo, e interior em 2009.

2. Reorganização da progressão continuada

- ✦ Implantação de ciclos de dois anos no primeiro segmento do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) a partir de 2008.

- ✦ Implantação de ciclos de dois anos no segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) a partir de 2009.
- ✦ Implantação do Boletim Eletrônico dos alunos, que poderá ser acessado pelos pais através da Internet, em setembro de 2007.

3. Currículo e expectativas de aprendizagem

- ✦ Divulgação das propostas curriculares e expectativas de aprendizagem para todas as séries e disciplinas do Ensino Fundamental e Médio em setembro de 2007.
- ✦ Consulta à rede e capacitação dos professores de outubro a dezembro de 2007, com a utilização da estrutura da Rede do Saber.
- ✦ Implantação das orientações curriculares no planejamento pedagógico de fevereiro de 2008.

4. Recuperação da aprendizagem

- ✦ Etapas de recuperação intensiva dos conteúdos curriculares fundamentais: ao final do 1º ciclo (2ª série), ao final do 2º ciclo (4ª série), na 8ª série e no final do Ensino Médio. Implantação: 1º. Semestre de 2008.
- ✦ Adoção de procedimentos, estratégias e ação didático-pedagógica focados na recuperação da aprendizagem e na aquisição de conteúdos e competências requeridos nas etapas seguintes da vida escolar.

5. Diversificação curricular do Ensino Médio

- ✦ A partir de uma base comum de conteúdos e competências, o estudante poderá optar

por habilitações técnicas profissionalizantes. Implantação a partir de 2008.

- Oferta, a partir de 2008, da modalidade “técnico em administração” em 20% dos cursos noturnos de Ensino Médio, em parceria com o Centro Paula Souza.
- Parcerias com o setor privado para certificações parciais em computação e língua estrangeira.

6. Educação de Jovens e Adultos

- Organização do currículo em três níveis, com duração de 200 horas cada, em regime presencial para os professores e semi-presencial para os alunos.
- Organização da oferta no Ensino Médio com apoio do TELECURSO 2000 + 10 e do TELETEC, em parceria com a Fundação Roberto Marinho e o Centro Paula Souza.
- Oferta de exames centralizados por meio do ENCCEJA.
- Parcerias com as prefeituras para oferta do nível I correspondendo ao primeiro segmento do Ensino Fundamental.

7. Ensino Fundamental de 9 anos

- Política de municipalização de 1ª a 4ª séries com controle de qualidade e supervisão da Secretaria de Estado da Educação, com vistas à implantação do Ensino Fundamental de nove anos, em regime de colaboração com os municípios. Implantação a partir de novembro de 2007.

8. Sistemas de Avaliação

- Realização, no próximo mês de outubro, do SARESP 2007 com avaliação das seguintes séries:

– Ensino Fundamental (1a., 2a., 4a., 6a. e 8a. séries)

– Ensino Médio: 3a. série

- A avaliação externa das escolas estaduais (obrigatória) e municipais (por adesão) permitirá a comparação dos resultados do SARESP com as avaliações nacionais (SAEB e a Prova Brasil), e servirá como critério de acompanhamento das metas a serem atingidas pelas escolas.
- Participação de toda a rede na Prova Brasil (novembro de 2007).
- Realização de programas de capacitação da rede para a participação no SARESP e na Prova Brasil, em setembro de 2007.
- Capacitação dos professores para o uso dos resultados do SARESP no planejamento pedagógico das escolas em fevereiro de 2008.
- Divulgação dos resultados do SARESP 2007 para todas as escolas, professores, pais e alunos em março de 2008.

9. Gestão dos resultados e política de incentivos

- Implantação de incentivos à boa gestão escolar valorizando as equipes.
- O SARESP 2005 e as taxas de aprovação em 2006 serão a base das metas estabelecidas por escola.
- Também serão considerados indicadores como a assiduidade dos professores e a estabilidade das equipes nas escolas.
- Cada escola terá metas definidas a partir da sua realidade, e terá que melhorar em relação a ela mesma.
- As escolas com desempenho insuficiente terão apoio pedagógico intensivo e receberão incentivos especiais para melhorarem seu resultado.

- As equipes escolares que cumprirem as metas ganharão incentivos na remuneração dos profissionais.

10. Plano de obras e investimentos

- 100% das escolas com laboratórios de informática;
- 100% das escolas com materiais de apoio ao ensino de ciências;
- 100% das salas dos professores com computadores, impressoras e ambiente de multimídia;
- Atualização e informatização de todas as bibliotecas escolares.
- Garantia de condições de acessibilidade em 50% das escolas para atender alunos portadores de necessidades especiais.
- Construção de 74 novas unidades, e reforma e ampliação de 77 escolas (417 salas de aula).
- Extinção das escolas com padrão Nakamura.
- Recuperação e cobertura de 2.315 quadras de esportes.
- Implantação de circuito interno de TV para segurança nas escolas.

Dando suporte às metas do Programa de Ação do governo para a educação, o programa “São Paulo faz escola” se mostra como uma das ações centrais da reforma educacional em curso no Estado de São Paulo. Este prevê um conjunto de ações que se referem à organização didática das escolas, às atribuições das funções dos profissionais envolvidos no processo educativo e ao estabelecimento de procedimentos didático-pedagógicos do funcionamento das escolas e do currículo. Para tanto, foram produzidos materiais instrucionais que guiam o trabalho dos agentes escolares e dos alunos, além de uma estrutura de apoio à implementação da propos-

ta e um cronograma de eventos para difusão e acompanhamento da mudança.⁴

Ainda em outubro de 2007, com o objetivo de apresentar a organização da proposta curricular e o andamento dos trabalhos foram realizadas videoconferências com Supervisores e ATPs das diretorias de ensino. No mês subsequente, as videoconferências foram direcionadas para diretores, vice-diretores e professores coordenadores com a mesma finalidade. Este material foi disponibilizado em seguida, no portal do programa “São Paulo faz escola” juntamente com os arquivos da versão preliminar da apresentação da Proposta Curricular para que, segundo a secretaria, os professores pudessem tomar conhecimento da proposta e encaminhar suas dúvidas por meio do site.

O cronograma da SEE-SP ainda pressupunha a implantação da proposta curricular em todas as séries do ciclo II do Ensino Fundamental e Médio no ano letivo de 2008. Para tanto, no mês de fevereiro, quando ocorrem as atividades de planejamento escolar, a SEE-SP planejou disponibilizar os Cadernos para os Gestores e os Cadernos do Professor para todas as disciplinas e séries contemplando, além dos conteúdos relativos ao primeiro bimestre, os princípios e as diretrizes da Proposta Curricular. Também estava previsto no cronograma, disponibilizar um conjunto de vídeos curtos por disciplina com a finalidade de subsidiar e orientar o planejamento dos professores nas escolas.⁵

A objetivação da proposta curricular do programa “São Paulo faz escola”

Sobre a proposta curricular a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo afirma que:

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo está assumindo a liderança na formulação dos currículos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e de todo o Ensino Médio visando aprimorar o trabalho pedagógico e docente na rede pública de ensino, em parceria com seus professores, coordenadores, assistentes pedagógicos, diretores e supervisores.⁶

O conjunto de documentos dirigidos aos professores – “Cadernos do Professor” bimestrais de cada disciplina – segundo a SEE-SP, apresentam “[...] situações de aprendizagem para orientar o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos” (FINI, 2008, p. 9). Além dos conteúdos, habilidades e competências a serem trabalhados pelos professores, os cadernos trazem também “[...] orientações para a gestão da sala de aula, para a avaliação e a recuperação, bem como de sugestões de métodos e estratégias de trabalho nas aulas [...]” (FINI, 2008, p. 9).

A adoção de um currículo único e padronizado, que expressa direcionamentos claros, inclusive para “métodos e estratégias de trabalho” para os professores, parece divergir de princípios constitucionais regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece a “pluralidade de concepções pedagógicas” para a educação nacional, a autonomia da escola para produzir sua proposta pedagógica, a gestão democrática, a participação dos professores e da comunidade (colegiados) na concepção do projeto político-pedagógico.⁷

No entanto, quanto à legalidade da proposta curricular, a Secretaria Estadual de Educação afirma no “Caderno do Gestor” que

existe pouca compreensão do aspecto legal da LDB 9.394/96 que trata da autonomia dos estabelecimentos de ensino na determinação da sua Proposta Pedagógica. A autonomia das escolas seria relativa e a Proposta Curricular do Programa “São Paulo faz escola” seria um dos seus limitadores, uma vez que, nesta perspectiva, as escolas devem seguir as regras dos sistemas de ensino ao qual estão subordinadas, neste caso, ao sistema estadual de ensino.

O programa “São Paulo faz escola”, anuncia a intenção de transformar a cultura escolar, concretizando a proposta no cotidiano escolar como currículo em ação, conforme afirma a apresentação da proposta:

A transição da cultura do ensino para a da aprendizagem não é individual. A escola deve fazê-la coletivamente, tendo à frente seus gestores para capacitar os professores em seu dia-a-dia, a fim de que todos se apropriem dessa mudança de foco. Cabe às instâncias condutoras da política educacional nos estados e nos municípios elaborar, a partir das Diretrizes e dos Parâmetros Nacionais, *Propostas Curriculares* próprias e específicas, prover os recursos humanos, técnicos e didáticos para que as escolas, em seu projeto pedagógico, estabeleçam os planos de trabalho que, por sua vez, farão das propostas currículos em ação – como no presente esforço desta Secretaria (FINI, 2008, p. 13).

Em linhas gerais, os princípios que norteiam a proposta curricular que está sendo implementada na rede estadual de ensino de São Paulo concebem o currículo como espaço

de cultura inserido em uma escola que aprende, que tem como eixo de aprendizagem o desenvolvimento de competências, priorizando a competência de leitura e de escrita e a articulação das competências para aprender, no qual os conteúdos estão contextualizados no mundo do trabalho.

Conceber o currículo como espaço de cultura, de acordo com a referida proposta, significa articular a cultura e o conhecimento estabelecendo a relação entre o currículo e a vida. Promover aprendizagens curriculares relevantes⁸ para os alunos significa transpor para a situação de aprendizagem e ensino, a expressão da cultura científica, artística e humanista. O desenvolvimento das habilidades de aprender a aprender, a fazer e a conviver, nesta perspectiva, prevê a continuidade da produção cultural e a manutenção das práticas sociais.

A Proposta Curricular prioriza as competências de leitura e escrita por entender que, apenas por meio destas, seria possível concretizar o desenvolvimento das demais competências e deste modo deve ser o objetivo de aprendizagem de todas as disciplinas do currículo ao longo de toda a escolaridade básica, considerando que

as linguagens são sistemas simbólicos, com os quais recortamos e representamos o que está em nosso exterior, em nosso interior e na relação entre esses âmbitos; é com eles também que nos comunicamos com os nossos iguais e expressamos nossa articulação com o mundo (FINI, 2008, p. 16).

A organização dos conteúdos de Língua Portuguesa para o ciclo II do Ensino Fundamental, privilegia o desenvolvimento das habilidades de leitura, de escrita, do falar, do

ouvir e as relacionadas aos aspectos gramaticais da língua para todos os conteúdos prescritos, um em cada aula das cinco semanais previstas.

O objetivo desta organização é que o aluno aprenda a lidar com textos nas diferentes situações de interação social, ou seja, amplie sua habilidade de “interagir lingüisticamente por meio de textos, nas situações de produção e recepção em que circulam socialmente, que permite a construção de sentidos desenvolvendo a competência discursiva e promovendo o letramento⁹” (FINI, 2008, p. 43). O nível deste letramento, segundo a Proposta Curricular para Língua Portuguesa, é evidenciado pela variedade de gêneros textuais que os alunos reconhecem.

Para o Ensino Médio, os conteúdos abordam o fenômeno lingüístico nas dimensões discursiva, semântica e gramatical, por isso, se repete por mais de um bimestre dependendo dos limites dos eixos de organização dos conteúdos de Língua Portuguesa. Estes eixos estão centrados “no indivíduo que se constitui na linguagem verbal como ser humano, em sua subjetividade, portanto único em relação aos outros, e ser social, ou seja, parte constitutiva de um todo histórico, social e culturalmente construído” (FINI, 2008, p. 59).

Pressupostos epistemológicos e metodológicos

Toda prática humana possui um significado imanente, porém, seu sentido é dado pela leitura que é feita desta prática. É o observador quem confere significação à realidade que analisa. Desde a seleção do objeto, todas as escolhas epistemológicas feitas são pautadas pelo contexto histórico-cultural e pela visão de mundo do pesquisador que faz a leitura. Assim, não é

possível conceber que a relação gnosiológica entre sujeito e objeto na pesquisa científica possa ser neutra.

Em face disto, a seguir procuramos elucidar os pressupostos teóricos que referenciarão a pesquisa empírica e a conseqüente produção do conhecimento acerca tanto dos elementos objetivos, quanto sobre os subjetivos da prática que resultar da realização da proposta curricular. Busca-se, assim, um direcionamento teórico-metodológico que possibilite um melhor entendimento do papel que têm as prescrições curriculares e a cultura escolar no processo de objetivação de princípios e fundamentos da reforma educacional objeto deste estudo.

No intuito de verificar os resultados produzidos pela implementação da reforma e como os fundamentos e princípios inscritos na proposta curricular se consubstanciam por meio das práticas docentes no cotidiano escolar, nos apoiaremos no conceito de objetivação do currículo de Sacristán (2000), conforme o esquema (Figura 1)¹⁰:

O referencial teórico-metodológico tem sido escolhido e elaborado com a intenção de permitir que a observação do fenômeno revele a essência, em outras palavras, que permita alcançar o entendimento da práxis docente concreta pela observação empírica no cotidiano escolar da prática pedagógica mediada pela cultura

O referencial teórico-metodológico escolhido e elaborado neste estudo tem a intenção de permitir que a partir da observação do fenômeno se caminhe para entender sua essência, em outras palavras, que permita alcançar o entendimento da práxis docente concreta. A observação empírica no cotidiano escolar se dará sobre a prática pedagógica, mediada, de um lado, pela cultura escolar e, de outro, pelos fundamentos teóricos abstratos da proposta curri-

cular, com vistas ao desvelamento dos sentidos que assume a objetivação desta última.

Tendo em vista o propósito de se analisar criticamente a prática docente entendida como realidade fenomênica, se faz necessário esclarecer a concepção de realidade que se assume e que, por sua vez, pressupõe que esta seja cognoscível.

O significado da prática escolar, enquanto conhecimento da realidade social, só pode ser compreendido no seu contexto e na sua relação com o todo. Assim, a concepção de totalidade da realidade social é que determinará o próprio conceito de prática escolar como fato social.

Para o materialismo histórico, a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supra-estrutura, e se percebe o homem como sujeito objetivo, histórico-social. A abstração dos fatos isolados artificialmente do todo, adquirem verdade e concreticidade somente quanto inseridos no seu todo correspondente, por outro lado, o todo do qual “[...] não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio (KOSIK, 2002, p. 49)”, o que evidencia a conexão e mediação recíproca entre a parte e o todo.

A construção dialética do conhecimento entende que o pensamento parte do empírico apoiado no real concreto, e que, assim sendo, “[...] o verdadeiro ponto de partida, bem como o verdadeiro ponto de chegada é o concreto real. Desse modo, o empírico e o abstrato são momentos do processo de conhecimento, isto é, do processo de apropriação do concreto no pensamento.” (SAVIANI, 1989, apud RUSSO, 1995, p. 21)

A concepção materialista-dialética da realidade como totalidade concreta possibilita a com-

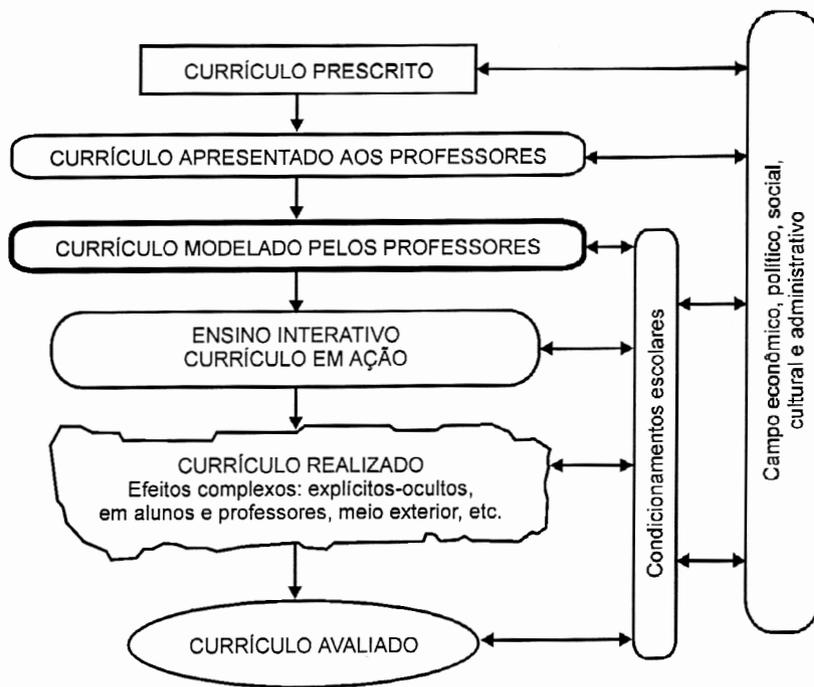


Figura 1

preensão de cada fenômeno social como momento do todo e como fato histórico. A função dupla desempenhada pelo fenômeno social é

[...] capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais (KOSIK, 2002, p. 49).

A categoria de totalidade concreta, tal qual elaborada por Karel Kosik, será adotada como “[...] concepção dialético-materialista do conhecimento do real [...]” (KOSIK, 2002, p. 61), a fim de apoiar as futuras discussões acerca da cultura da escola como filtro mediador, na

práxis pedagógica docente, da relação entre teoria e atividade prática.

A *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que *cria* a realidade (humano-social) e que, *portanto*, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A *práxis* do homem não é a atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como *elaboração* da realidade (KOSIK, 2002, p. 222).

Considerações Finais

Nesta aproximação inicial com a Proposta Curricular da reforma do Ensino em curso no Estado de São Paulo, entendemos que os docu-

mentos institucionais produzidos pela SEE-SP expressam claramente princípios de valorização do aluno como sujeito de um processo centrado na aprendizagem e não mais no ensino, de contextualização do conhecimento em situações concretas, de transferência das competências e aplicação destas em diferentes contextos, fundamentos estes da denominada “Pedagogia das Competências”.

De acordo com Apple (2006), podemos perceber nas concepções de competência; de aluno ideal; de conhecimento, tido como importante ou não; e de comportamento adequado, as produções mentais elaboradas pelos professores em resposta ao que eles percebem como problemas reais, observados em situações concretas dentro e fora das escolas. Entretanto, vale ressaltar que as idéias e ações provenientes das condições ideológicas, econômicas e sociais existentes tanto no interior quanto no exterior da escola, é que determinam o que se pensa serem os problemas reais da educação.

A escola é por excelência um espaço de produção e reprodução cultural. Segundo Silva Jr. e Ferretti (2004), sua estrutura organizacional decorre do conjunto de atividades que precisa desenvolver para cumprir sua função social. A sociedade espera da escola a transmissão de conhecimentos historicamente produzidos, a formação de um cidadão capaz de dirigir seu próprio comportamento e que esteja apto a escolher livre e deliberadamente seus representantes.

Entendendo que as políticas educacionais se fazem efetivamente políticas em condições objetivas, ou seja, na prática, e que o trabalho do professor se realiza no âmbito do cotidiano da escola (FERRETTI, 2008), a análise crítica da proposta curricular ganha centralidade e importância para a apreensão do significado dos efeitos produzidos pela objetivação da reforma

nas suas extensões políticas, organizacionais e pedagógicas da prática docente no cotidiano escolar.

Dado que a política curricular constitui um aspecto específico da política educacional, sua investigação significa, de certa maneira, uma avaliação dos condicionantes da possibilidade que tem o Estado de provocar/influenciar mudanças na prática educativa e, como decorrência, promover a qualidade da escola pública (SOUZA, 2006, p. 2004).

Em outras palavras, a apropriação dos fundamentos da proposta curricular do programa “São Paulo faz escola”, pelos professores, e a objetivação destes fundamentos em sua prática pedagógica, pode contribuir para aumentar o entendimento sobre o alcance deste projeto político de reforma educacional para produzir, ou não, os resultados esperados de melhoria da qualidade de ensino em toda a rede.

Portanto, buscando aprofundar a compreensão da proposta curricular do programa “São Paulo faz escola” da SEE-SP como fator desencadeante de transformação da prática escolar e, em última instância, da realidade social, se faz necessário situar a referida proposta curricular em um contexto histórico-político mais amplo de âmbito nacional.

Pelas mudanças curriculares, o poder central de um país constrói a positividade de uma reforma muito mais ampla que a dos currículos, visando sua legitimação. As práticas curriculares anteriores à reforma são negadas e/ou criticadas como desatualizadas, de

forma a instituir o discurso favorável ao que será implantado: mudanças educacionais visando à constituição de distintas identidades pedagógicas consideradas necessárias ao projeto político-social escolhido (LOPES, 2004, p. 110).

As modificações que a reforma está produzindo no cotidiano escolar, dependem não somente dos critérios e fundamentos que orientam essas modificações, mas principalmente de como elas se concretizam por meio das práticas docentes no cotidiano escolar. Sacristán (2000) afirma que a importância de qualquer proposta curricular de modificação da prática educativa se comprova na concretização desta em situações reais. O currículo em ação, ao se expressar por meio de uma práxis, reflete a articulação entre teoria e prática, entre intenções e realidade, conferindo assim, seu significado último.

Perceber em que medida a apropriação dos fundamentos da proposta curricular do programa “São Paulo faz escola”, pelos professores, revelada na objetivação destes fundamentos em sua prática pedagógica, possibilita entender de que modo este projeto político de reforma educacional se consubstancia no cotidiano escolar para produzir, ou não, os resultados esperados de melhoria da qualidade de ensino em toda a rede.

Entender a cultura escolar como um processo dinâmico e historicamente construído, que muda lentamente com a apropriação das propostas que chegam às escolas, o que implica na recontextualização e re-significação destas (FERRETTI, TARTUCE E ZIBAS, 2006), torna-se fundamental para compreender o sentido final produzido pelo currículo prescrito no programa “São Paulo faz escola” observar como ele vai sendo construído na prática escolar co-

tidiana, com a mediação dos professores, como currículo em ação.

Notas

- 1 Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPQ em 2009 pelos Profs. Drs. Celso do Prado Ferraz Carvalho e Miguel Henrique Russo.
- 2 Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/educacao/metas/> (acesso em 03.06.08).
- 3 Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/educacao/metas/acoes.htm> (acesso em 03/06/08).
- 4 Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPQ em 2009 pelos Profs. Drs. Celso do Prado Ferraz Carvalho e Miguel Henrique Russo.
- 5 Fonte: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/saopaulofazescola/>. Acesso em 03/06/2008.
- 6 Fonte: <http://www.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em 03/06/2008.
- 7 Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPQ em 2009 pelos Profs. Drs. Celso do Prado Ferraz Carvalho e Miguel Henrique Russo.
- 8 A Proposta curricular entende aprendizagem relevante e significativa como aquela que está contextualizada no mundo do trabalho.
- 9 Grifo da autora.
- 10 SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 105.

Referências

- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. Tradução Vinicius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.
- _____. *Lei de diretrizes e bases da educação 9.394/96*.
- FERRETTI, Celso João. A reforma do ensino técnico da década de 1990 e a prática de professores na sua implementação. Em: MONFREDINI, Ivanise (org.). *Políticas educacionais, trabalho e profissão docente*. São Paulo: Xamã, 2008.

_____; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. e ZIBAS, Dagmar M. L. A reforma do ensino médio e o protagonismo de alunos e pais. In: ALMANDOZ, Maria Rosa et al. *Gestão de inovações no Ensino Médio: Argentina, Brasil, Espanha*. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

FINI, Maria Inês (coord.). *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa*. São Paulo: SEE, 2008.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 26, Agosto, 2004.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 7ª ed., 2002.

RUSSO, Miguel Henrique. *Teoria e prática da administração escolar: confluências e divergências* (Tese de Doutorado). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), 1995.

SACRISTÁN, Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 9ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caderno do Gestor: gestão do currículo na escola. São Paulo : SEE, 2008.

_____. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo – São Paulo faz escola*. http://www.rededosaber.sp.gov.br/contents/SIGSCURSO/sigscFront/default.aspx?SITE_ID=25&SECAO_ID=595. Acesso em 03/06/2008.

_____. *Proposta Curricular*. DVD I, 2008.

_____. *São Paulo faz escola: edição especial da proposta curricular – Orientação para professores*. DVD, 2008.

SILVA JR., João dos Reis e FERRETTI, Celso João. *O institucional, a organização e a cultura da escola*. São Paulo: Xamã. 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. Política curricular no Estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006.